

# Prescrição farmacêutica, sim

Jaldo de Souza Santos,  
Presidente do Conselho Federal de Farmácia.  
E-mail: presidencia@cff.org.br



O Plenário do Conselho Federal de Farmácia (CFF) votará – e creio que aprovará –, ainda em junho, a Consulta Pública número 01/10, do órgão, que propõe a regulamentação da prescrição farmacêutica de medicamentos isentos de prescrição médica (MIPs). Noutras palavras, a norma autoriza os farmacêuticos a indicarem essa classe de medicamentos aos usuários que o desejarem.

O ato de prescrição será documentado, vez que o farmacêutico assinará pelo mesmo, e cercado de orientações sobre o uso correto dos produtos. A orientação farmacêutica é uma proteção para os pacientes contra possíveis interações medicamentosas, reações adversas e outros problemas.

Alma dos serviços prestados pelo farmacêutico, nas farmácias, a orientação é recomendada pelas organizações nacionais e internacionais de saúde. A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e o Ministério da Saúde a reconhecem como parte essencial do uso correto do medicamento que levará ao tratamento desejável, à recuperação da saúde e à cura da doença. Não é sem motivo que se diz que *a orientação é o melhor remédio*.

O que move o CFF na elaboração da Consulta Pública é aumentar a segurança do paciente usuário de medicamentos isentos de prescrição médica contra possíveis interações ou reações indesejáveis. Bem além da orientação, a prescrição farmacêutica propiciará muito mais segurança às pessoas que usam esses produtos.

A população, principalmente a faixa mais desinformada, não sabe sobre o medicamento que usa. Afinal, que informações farmacológicas, farmacocinéticas, fisiológicas, fisiopatológicas os pacientes possuem para decidir qual é o medicamento mais adequado às suas condições clínicas? Para o tratamento de suas doenças? Os medicamentos podem ser isentos de prescrição, mas não são isentos de risco.

Será, então, que os pacientes sabem, por exemplo, que antiácidos à base de hidróxidos de magnésio e de alumínio, considerados MIPs, podem inibir a absorção dos antibióticos tetraciclina e fluorquinolona e de alguns medicamentos de uso psiquiátrico, como o pentobarbital?

Sabem que o popular paracetamol, igualmente isento de prescrição médica, pode sofrer uma redução em sua ação, caso o seu usuário esteja tomando cimetidina, indicado para gastrite? Ou que as vitaminas lipossolúveis (A, D, E e K), vendidas livremente, podem sobrecarregar os rins e gerar várias doenças, se usadas sem orientação, sem racionalidade?

Quem tem esses conhecimentos é o farmacêutico, e ele está, na farmácia, para orientar o paciente não apenas sobre o uso dos medicamentos, mas no âmbito da atenção primária. Ele é, ainda, um agente fortalecedor da política do uso racional de medicamentos.

Por isso, entendo que a população precisa procurar – e cobrar, pois este é um direito seu – mais pelos serviços farmacêuticos, nas farmácias.

Os pacientes não precisarão marcar horário, e o atendimento farmacêutico não é minado pela burocracia, nem dificultado por filas. É só chegar, e a orientação estará garantida. E será gratuita.

Apesar de ser uma autoridade em medicamentos e em terapêutica medicamentosa, o farmacêutico vem, contudo, enfrentando uma situação conflituosa que o põe na fronteira da ilegalidade. Isto é, ele, que é excelência no assunto, pode prestar ao paciente as orientações necessárias sobre o medicamento e alertá-lo sobre problemas relacionados ao uso, mas não pode recomendar um MIP adequado às condições clínicas do paciente, sob pena de ser acusado de exercer ilegalmente a medicina, crime previsto em lei, além de infringir o Código de Ética da Profissão Farmacêutica.

A Consulta Pública do CFF quer exatamente acabar com a figura da ilegalidade e autorizar o farmacêutico a indicar um medicamento isento de prescrição médica, documentando e assinando pelo seu ato. A documentação com a assinatura do farmacêutico é traduzida em segurança para o paciente usuário do medicamento. Quem ganha com isso? A população, é óbvio, que passa a contar com mais este serviço em seu favor, partindo de um profissional que é seu natural aliado.

A prescrição farmacêutica diminui os riscos de intoxicações e de internações hospitalares evitáveis. As farmácias formam um segmento de grande capilaridade, pois estão em todas as cidades brasileiras, e a prescrição realizada pelos farmacêuticos, nestes estabelecimentos, contribuirá para a desburocratização do acesso à informação em saúde e para descomplicar a vida das pessoas, garantindo-lhes o direito de acesso a medicamentos isentos de prescrição médica, com segurança. Este é um expressivo significado da prescrição farmacêutica.